



MOÇAMBIQUE

AVALIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA 2018

A análise dos cidadãos sobre abertura do governo

INTRODUÇÃO

Moçambique tem, desde 2014, uma Lei sobre Direito à Informação (LEDI), a Lei n.º 34/2014, de 31 de Dezembro, ao abrigo da qual se compromete a fazer uma transição de um modelo de administração fechada para um modelo de acessibilidade de informação de utilidade pública, portanto de administração aberta. Obviamente, a aprendizagem deste novo cenário de disponibilização e acesso à informação pelas instituições que detêm e gerem informação ocorre de forma progressiva. Herdeiras de um modelo burocrático fechado, a transição para novos comportamentos dos agentes gestores de informação ainda recente é uma limitação.

Para além das questões da herança, o quadro jurídico subjacente à LEDI, como é o caso de legislação sobre o segredo de Estado ou ainda relativa a classificação dos arquivos de Estado, constituem ainda instrumentos que entravam uma plena implementação. Aliás, nesta dificuldade de abertura à disponibilização de informação e, sobretudo a sua utilização pública para o exercício da cidadania e monitoria da governação, é preciso referenciar que o presente ano de 2018 foi marcado por um golpe enorme, manifestado pelo rapto e tortura do jornalista moçambicano Ericino de Salema, um dos actores que militou enormemente pela aprovação de uma legislação específica para disponibilização de informação. Os responsáveis bem como as causas ainda não são conhecidas (até à data da edição do presente relatório), mas os órgãos da comunicação social assim como a opinião pública no geral não cessam de apontar o dedo à dificuldade de abertura em partilhar e discutir matérias de interesse público detida pela administração pública. De facto, a implementação da lei do direito à informação em si está circunscrita num contexto em que tanto o gestor de informação assim como o cidadão vivem o terror da utilização da informação acedida. A democratização do acesso e da utilização da informação pública carecem de um quadro mais flexível e que proteja os direitos dos particulares.

Este relatório apresenta os resultados do estudo da acessibilidade de informação de interesse público, tanto em instituições estatais assim como privadas participadas pelo Estado que, portanto, detêm informação que se considere de interesse público. No quadro dos esforços do MISA em monitoria e advogar por uma maior transparência e abertura das instituições. Os dados empíricos do trabalho demonstram que mesmo existindo uma vontade notória dos funcionários e agentes do Estado em disponibilizar informação, a institucionalização da LEDI ainda continua baixa, ou seja, a vontade de disponibilização de informação por parte de agentes da administração pública continua sujeita ao poder discricionário e não da obrigatoriedade imposta pela legislação. Daí que o espaço administrativo continua parcialmente fechado, mesmo com uma boa legislação para o acesso à informação.

Muitas das instituições submetidas ao teste de acessibilidade à informação mostraram vontade em responder às solicitações submetidas. No entanto, estas não estão a par dos prazos nem dos princípios obrigados pela lei para produção das respostas

de disponibilização assim como de espaços de consulta de informação. E mais, quase todas as instituições dispõem de bibliotecas em que se depositam informações classificadas como de interesse público, mas estas bibliotecas são pouco exploradas como espaços de partilha de informação. Aliás, apesar de estas bibliotecas existirem, dificilmente o cidadão pode se informar sobre as actividades da instituição a partir do material lá disponibilizado. Esta situação tem como variável fundamental o desconhecimento quase total da LEDI, da força que esta pode permitir à administração e os governantes na construção da sua credibilidade e legitimidade.

A relativa acessibilidade dos funcionários para responder às solicitações de informação, sobretudo a partir do trabalho de entrevistas realizadas, pode ter alguma relação com um certo compromisso assumido pelas autoridades públicas em combater a corrupção, incitando assim, a transparência na gestão. Todavia, esta vontade não se acompanha de um esforço de socialização da administração com a LEDI.

Em todo caso, a edição 2018 do estudo de acessibilidade da transparência das instituições, caracterizou-se por um recuo na disponibilização de informação e ressentido-se ainda do fraco empenho da administração que está em um processo de recomposição autoritária e de pouca acessibilidade para o público. Disto se pode citar a persistente dificuldade em partilhar informação das dívidas públicas que colocaram o país em conflito com os cidadãos e com os doadores. Por isso mesmo, um trabalho de institucionalização da LEDI torna-se urgente para reforçar os mecanismos de transparência e assegurar que os cidadãos sejam informados devidamente sobre o que o governo faz. É urgente ainda a mudança de abordagem para incitar comportamentos de *'boa administração'*, transparência e responsabilidade, medidas pela acessibilidade de partilha proactiva da informação.

FUNDAMENTAÇÃO E PARÂMETROS DO ESTUDO

A promulgação, em 2014, da LEDI representou para Moçambique uma nova era no que concerne a partilha de informação. De uma agenda difusa e dependente da discricionariedade dos funcionários, o novo quadro jurídico incita a administração não só a disponibilizar informação ao cidadão, mas igualmente a ser proactiva e a simplificar os mecanismos de gestão e armazenamento de informações. O pressuposto básico é que a administração se torne mais democrática a partir de mecanismos abertos de disponibilização e de partilha de informação de interesse público.

O estudo de 2018 tentou acompanhar a evolução da implementação da LEDI, procurando não só analisar a flexibilidade nas respostas aos pedidos, mas também a partir do trabalho de entrevistas e observações, avaliar a tendência de mudança de comportamento dos funcionários responsáveis pela gestão e armazenamento de informação. Por isso, para além das entrevistas, a equipa de investigação visitou igualmente os locais de armazenamento de informação para conferir *in loco* as condições organizacionais de acesso

e de consulta de informação nas instituições. Os resultados colhidos neste estudo poderão, por um lado, permitir ao MISA desenhar estratégias de intervenção para assessoria na implementação de LEDI, sobretudo a partir de aproveitamento das forças e oportunidades existentes; por outro lado, ajudar a todos os actores interessados a compreenderem o quadro geral da implementação da LEDI em Moçambique.

Foram submetidas a avaliação dez (10) instituições, observando um princípio de continuidade de algumas instituições avaliadas no ano passado (2017) e algumas de 2016. A continuidade para avaliação destas instituições permitiu seguir e analisar o nível de aprendizagem, resultado não só da passagem do tempo, mas também das intervenções do MISA-Moçambique. Em alguns casos, por exemplo a Moçambique Celular, o MISA-Moçambique tinha empreendido pressão junto à empresa em resultado do estudo do ano passado. A avaliação baseou-se na legislação moçambicana no que diz respeito a classificação de informação e mais precisamente sobre o direito à informação. O prazo de resposta, a classificação, a codificação bem como a forma de partilha foram devidamente documentados nos termos do quadro jurídico moçambicano.

Metodologia

Para a realização deste trabalho foram cruzados diversos métodos aplicáveis em estudos sociais. Em primeiro lugar fez-se uma análise documental concernente a gestão e disponibilização da informação na administração pública moçambicana. A partir desta revisão, o estudo delimitou os parâmetros de avaliação de acesso à informação especificamente para o caso moçambicano. Entre os parâmetros constam o tempo de resposta, os procedimentos de classificação e arquivamento da informação.

Foram, posteriormente, seleccionadas e submetidas ao teste de acessibilidade de informação dez (10) instituições públicas, centrais e descentralizadas, assim como empresas participadas pelo Estado. Destas, a equipa de avaliação decidiu manter duas instituições (Linhas Aéreas de Moçambique e Moçambique Celular) igualmente avaliadas em 2017 e duas avaliadas em 2016 (Electricidade de Moçambique e Ministérios das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos a partir da sua Direcção Nacional de Gestão de Recursos)¹ para averiguar o nível de aprendizagem e de mudança, quanto à gestão e disponibilização de informação. Para todo o processo de análise de acessibilidade de informação, seguiram-se três fases sequenciais:

(i) A primeira consistiu no envio das cartas às instituições com um pedido ou mais de informação de interesse público. Os assuntos seleccionados para figurarem dos pedidos às instituições eram caracterizados pela sua pertinência e actualidade para o interesse público. As cartas de pedido de informação foram todas enviadas no dia 19 de Março de 2018, tendo-se controlado os 21 dias úteis para o fecho da avaliação do prazo de respostas, segundo a legislação, portanto no dia 16 de Abril de 2018.

(ii) Depois, efectuou-se a análise das páginas webs de cada instituição. De facto, a análise das páginas foi feita em simultâneo com o envio das cartas, conforme as datas indicadas anteriormente. Definiu-se como pertinente o acompanhamento da gestão das páginas durante os 21 dias de tempo regulamentar da espera das respostas às cartas.

(iii) Por fim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em todas as instituições com os responsáveis de gestão de informação ou outros actores indicados. Aquando da realização das entrevistas fez-se simultaneamente um exercício de observação dos espaços de armazenamento e consulta de informação assim como simulação de procura de documentos ou informação outrora pedidos via cartas.

Foram submetidas à avaliação de acessibilidade de informação as seguintes instituições:

1. Linhas Aéreas de Moçambique (LAM)
2. Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEP)
3. Moçambique Celular (Mcel)
4. Electricidade de Moçambique (EDM)
5. Município da Cidade da Matola
6. Instituto Nacional de Transportes Terrestres (INATTER)
7. Ministério da Economia e Finanças
8. Serviço Nacional de Identificação Civil (SNIC)
9. Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH)
10. Tribunal Administrativo (TA)

Tratam-se de instituições públicas e privadas participadas pelo Estado. A concepção de base não era de generalizar o cenário, mas oferecer uma leitura diversa sobre as dinâmicas de disponibilização de informação. O tratamento de dados seguiu um instrumento base apresentado pelo proponente e complementado por uma análise de conteúdo, sobretudo das respostas aos pedidos de informação e das entrevistas efectuadas. A apresentação dos resultados segue a sequência da disposição das instituições acima apresentada.

¹ Note que a Electricidade de Moçambique, sob diferente matéria, foi igualmente submetida ao teste em 2016 podendo, portanto, permitir uma maior apreciação sob maturação da gestão e partilha de informação.

RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Categoria 1: Análise do site

De forma geral pode-se inferir o seguinte:

- Quase todas as instituições avaliadas têm dificuldade de gestão das suas páginas webs. Uma vez criadas as páginas, as instituições não conseguem manter o pagamento aos hospedeiros das mesmas. É o caso do Município da Cidade da Matola que tem *website*, mas sem nenhuma acessibilidade. Por outro lado, existem instituições, a exemplo do Ministério das Obras Públicas, cuja página web está em manutenção e se mantém na mesma situação há dois anos. Isto é, a situação da página web do Ministério das Obras Públicas mantém-se sem informação, com referência de conteúdos em manutenção, faz dois anos consecutivos. Por isso mesmo, embora as instituições tenham um site, este está fora de serviço ou com aviso de estar 'em manutenção' continuamente.
- No caso das instituições que têm as páginas webs em funcionamento, estas contêm principalmente indicações de informações de natureza notícias gerais como eventos realizados, sem com isso apresentar os relatórios de actividades e/ ou de contas e outras informações de relevo para avaliar o desempenho do seu funcionamento.
- A maior parte destas páginas webs não é actualizada com uma agenda clara. O processo de gestão das páginas é feito de forma aleatória. Fica a ideia de que os sites das organizações não são explorados como ferramenta de interacção com o cidadão, tanto é que quase todas não têm esta componente interactiva.

Categoria 2: Pedidos de informação

Depois de formulados os pedidos, analisadas as respostas complementadas pelas entrevistas, pode-se tirar as seguintes conclusões breves:

- Quase todas as instituições têm um espaço de armazenamento de informação, seja arquivos dos departamentos ou ainda bibliotecas. No entanto, a informação armazenada é geralmente muito antiga e não é actualizada regularmente;
- As instituições não têm agentes ou funcionários especializados na classificação de informação e responsáveis por gestão de informação. Grosso modo, aproveitam o pessoal dos departamentos de comunicação e imagem para fazer parcialmente estas actividades. No entanto, estes departamentos preocupam-se muito por projectar a imagem da organização em termos de marketing e por gerir e expor as actividades internas da organização.
- Por estes motivos organizacionais, apenas três instituições responderam aos pedidos de informação, as restantes organizações mantiveram-se em silêncio. Das entrevistas, foi notório que o silêncio não se deveu à falta de vontade, mas da dificuldade organizacional e definição de responsabilidade para lidar com pedidos de informação.

- E mais, igualmente pela dificuldade organizacional, das três instituições que responderam aos pedidos, duas não apresentaram a informação solicitada. Não só em resultado de ainda prevalecer uma cultura fechada das instituições, mas sobretudo pela dificuldade organizacional em localizar e apresentar a informação solicitada.

CONCLUSÕES DETALHADAS

1. Linhas Aéreas de Moçambique

CATEGORIA 1: SITE

www.lam.co.mz

A página web das Linhas Aéreas de Moçambique oferece, em grande medida, informações úteis de carácter comercial, destacando os serviços online de reservas de voos e de serviços de carga. Do ponto de vista institucional, encontra-se depositada, de forma resumida, informação que permite compreender o âmbito da empresa, sem oferecer a devida legislação, embora se faça a referência. Por outro lado, embora tenha uma secção para o efeito, a página web é muito pobre em informação institucional que permitiria avaliar o nível de prestação de contas da empresa, como planos de actividades e relatórios. Por exemplo, o único relatório de contas apresentado é referente ao ano 2012. Esta constatação tinha sido feita pelo MISA, em 2017. Nesta edição de 2018, a página web da LAM continua a não ter nenhum relatório publicado, para além do relatório de 2017. A LAM encontra-se presente nas redes sociais (Twitter e Facebook), mostrando-se pouco activa na sua exploração – nota-se por exemplo, a última actualização até ao dia 26 de Agosto, foi feita no dia 31 de Maio, no Facebook, a última actualização é de 13 de Julho.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O <i>site</i> contém informações actualizadas?			•	As informações actualizadas estão na secção de notícias, não sendo verificáveis nas outras secções.
2. O <i>site</i> contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?	•			
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?			•	Embora não apresente a legislação em formato completo, a página oferece informação atinente às competências da empresa.
c) Relatórios, políticas e programas?			•	O último relatório de contas disponível na página web é do ano 2012.
d) Orçamentos e despesas?		•		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		•		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?			•	A LAM abre um espaço para que pessoas interessadas enviem os seus CV, sem especificar concursos ou procedimentos para as vagas.
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?	•			
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		•		
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?	•			

Pontuação total: 10/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

As seguintes perguntas foram enviadas às Linhas Aéreas de Moçambique:

1. Relatórios e Contas da LAM dos exercícios económicos 2013 a 2016
2. Mapa de dívidas da LAM com terceiros

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?	.			Os pedidos de informação geral, sobretudo sobre as questões comerciais, são respondidos pelos operadores da linha do cliente. As questões mais específicas sobre a governação da empresa são feitas a partir do Gabinete de Comunicação.
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?		.		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		.		
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?		.		
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		.		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?		.		
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?			.	A informação é partilhada na página web, mas com baixo nível de actualidade. E a informação de grande relevo não está exposta.
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		.		
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?	.			
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		

Pontuação total: 5/20

2. Instituto de Gestão de Participações do Estado - IGEPE

CATEGORIA 1: SITE

www.igepe.org.mz

À data de análise, o endereço www.igepe.org.mz não oferecia nenhuma ligação com uma base de dados que permitisse visualizar qualquer informação da instituição. Uma semana mais tarde, a 25 de Abril de 2018, a equipa de investigação retornou ao processo de busca do endereço, tendo verificado a mesma informação da impossibilidade de conexão com qualquer base de dados. Notar que o endereço web do IGEPE é providenciado, a partir da busca no Google, ou a partir da página institucional do Ministério das Finanças que, numa secção específica, oferece informação de contactos das instituições tuteladas e as respectivas páginas web. A nível das redes sociais, nas buscas feitas no Facebook e Twitter não foram encontradas nenhuma conta do IGEPE.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O site contém informações actualizadas?		.		
2. O site contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?		.		
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?		.		
c) Relatórios, políticas e programas?		.		
d) Orçamentos e despesas?		.		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		.		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?		.		
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?			.	
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		.		Esta informação está na página geral do Ministério das Finanças.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?		.		

Pontuação total: 1/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado ao Instituto de Gestão de Participação do Estado (IGEPE):

1. Relatórios e contas da Mcel 2012-2017
2. Relatórios e contas da LAM 2013-2017

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?	.			
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?	.			
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?	.			
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?	.			
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		.		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?	.			
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		.		
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		.		
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?	.			
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		

Pontuação total: 12/20

3. Moçambique Celular (MCEL)

CATEGORIA 1: SITE

www.mcel.co.mz/Portal_Website/

A Moçambique Celular é uma empresa pública em processo de fusão com a empresa Telecomunicações de Moçambique (TDM) que se espera que se conclua em 2018. Mesmo que disponha de página web e presente nas redes sociais LinkedIn, YouTube, Google+, as mesmas não apresentam outras informações para além dos seus compromissos comerciais. A Mcel tem uma página de notícias e um único relatório de contas da Carteira Móvel (MKesh) do ano 2016; nenhum relatório de contas da Mcel, enquanto empresa no geral, está publicado na sua página web. As notícias publicadas foram actualizadas, conforme última data de consulta 25 de Abril de 2018, a 27 de Outubro de 2017.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O site contém informações actualizadas?			.	O site da mCel não contém informação actualizada, sendo a última notícia publicada de 27 de Outubro de 2017; contudo existem secções de informações, como anúncios, com publicações recentes.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
2. O site contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?			•	Embora exista alguma informação sobre a missão da mCel, não se encontra na página uma descrição geral do organigrama e outras informações de relevo organizacional.
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?		•		
c) Relatórios, políticas e programas?			•	Apresenta alguns relatórios sobre actividades comerciais mas não contém elementos relevantes de avaliação da transparência do seu exercício.
d) Orçamentos e despesas?		•		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		•		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?	•			A página web tem uma secção com informações de concursos públicos realizados.
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?	•			
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		•		A informação de contacto com funcionário é referente aqui ao número de contacto da instituição não se especificando a natureza de actividades.
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?	•			

Pontuação total: 9/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado a Moçambique Celular:

1. Relatório e contas de 2012 a 2017.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?		•		Das entrevistas deu para entender que os pedidos de informação por vezes são respondidos pela direcção de responsabilidade social.
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?		•		Diferentemente do ano passado, no presente ano a Mcel não respondeu sequer ao pedido de informação.
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?	•			
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?		•		
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		•		A Mcel atravessa uma crise que obrigou as autoridades públicas a agendarem uma reforma que visa fundi-la com a empresa pública TDM.
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?		•		
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		•		

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		.		
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?		.		
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		

Pontuação total: 2/20

4. Electricidade de Moçambique (EDM)

CATEGORIA 1: SITE

www.edm.co.mz

Para além da sua página web, a EDM tem uma conta de Facebook, actualizada com informação noticiosa e de utilidade pública, do ponto de vista de educação e utilização dos seus serviços. A página web da EDM mostra-se devidamente actualizada e com informações classificadas como relevantes, assim como de prestação de contas, tendo publicado os seus relatórios de conta até ao ano 2016. As informações na página da EDM apresentam-se de forma clara e bem organizada, assim como facilitada para o acesso público.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O <i>site</i> contém informações actualizadas?	.			A página apresenta notícias e informações publicadas na mesma semana de análise.
2. O <i>site</i> contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?	.			
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?	.			
c) Relatórios, políticas e programas?	.			O Site apresenta relatórios de contas de mais de 5 anos até 2016, para além de documentos importantes sobre as políticas, legislações, projectos e estratégias.
d) Orçamentos e despesas?		.		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		.		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?	.			Existe uma página de anúncio de diversa ordem, seja para serviços e vagas.
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?	.			
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		.		
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?	.			

Pontuação total: 14/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado à Electricidade de Moçambique:

1. O relatório sobre a fase de pagamento de dívidas à Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?	.			
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?		.		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		.		
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?		.		
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		.		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?		.		
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		.		
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		.		Não recebemos nenhuma informação.
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?		.		No acto de apresentação do pedido de informação houve uma acusação de recepção.
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		Não recebemos nenhuma informação

Pontuação total: 2/20

5. Município da Cidade de Matola

CATEGORIA 1: SITE

www.cmcmatola.gov.mz

Embora tenha disponibilizado, nas diversas fontes, o endereço da página web, ela não se encontra em funcionamento. O Município da cidade da Matola tem uma página no Facebook (<https://www.facebook.com/municipio.matola>) através da qual são partilhadas informações de carácter noticioso sobre eventos realizados, campanhas de educação cívica, avisos e eventos.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O <i>site</i> contém informações actualizadas?		.		
2. O <i>site</i> contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?		.		
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?		.		
c) Relatórios, políticas e programas?		.		
d) Orçamentos e despesas?		.		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		.		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?		.		
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?		.		
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		.		
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?		.		

Pontuação total: 0/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado ao Conselho municipal da Matola:

1. Contrato celebrado entre o Conselho Municipal da Matola e a RLB Systems Mozambique/RLB Maurícias para a montagem do sistema de gestão de receitas.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?			.	Não foi possível uma verificação precisa porque o município nem sequer permitiu a realização da entrevista.
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?		.		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		.		
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?		.		
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		.		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?		.		
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		.		
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		.		
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?	.			
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		

Pontuação total: 3/20

6. Instituto Nacional de Transportes Terrestres (INATTER)

CATEGORIA 1: SITE

www.inatter.gov.mz ; www.inatter.net/Home.aspx

Foram encontrados dois endereços web do INATTER. O primeiro www.inatter.gov.mz suporta uma base de dados de gestão dos exames de condução, não possuindo nenhuma informação institucional, dando possibilidades de acesso aos alunos e escolas de condução. Por sua vez, o endereço <http://www.inatter.net/Home.aspx> encontra-se sem nenhuma informação institucional, dando espaço para a entrega de dados da carta de condução]

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O site contém informações actualizadas?		.		
2. O site contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?		.		
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?		.		
c) Relatórios, políticas e programas?		.		
d) Orçamentos e despesas?		.		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		.		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?		.		
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?		.		
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		.		
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?		.		

Pontuação total: 0/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado ao Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER):

1. As actas de adjudicação do concurso público para Melhoramento dos Sistemas Informáticos do INATTER.
2. As propostas técnicas e financeiras apresentadas por todas as empresas concorrentes
3. Os contratos assinados com entidades vencedoras do concurso

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?			•	O pedido de informação foi remetido directamente à Unidade Gestora de Aquisições, como unidade responsável pela contratação.
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?		•		Alegadamente a instituição exarou uma resposta, mas esta nunca chegou. Das entrevistas, não foi possível saber com que funcionário ficou o documento da resposta.
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		•		
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?		•		
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		•		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?		•		
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		•		Na sua página web por exemplo, apenas existe uma base de dados e base de consulta sobre o estado de situação das cartas de condução.
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		•		
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?	•			
10. A informação recebida era clara e compreensível?		•		

Pontuação total: 3/20

7. Ministério de Economia E Finanças

CATEGORIA 1: SITE

www.mef.gov.mz

O Ministério da Economia e Finanças dispõe de uma página web actualizada e que apresenta, no geral, informação relevante de utilidade pública, desde a sua estrutura institucional, as instituições tuteladas, as contas gerais do estado, assim como os principais documentos orientadores da planificação económica nacional. Pese embora esta informação, o Ministério deverá melhorar a qualidade da informação disponibilizada, tendo em conta o facto de que os relatórios sobre as dívidas e receitas do estado, por exemplo, não estarem disponibilizados de forma mais pormenorizada.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O site contém informações actualizadas?	•			Apresenta notícias publicadas com actualidade, para além dos documentos importantes sobre a economia do País estarem publicados.
2. O site contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?	•			

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?	.			
c) Relatórios, políticas e programas?	.			
d) Orçamentos e despesas?	.			O Ministério das finanças apresenta todos os orçamentos do estado até o ano 2018.
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		.		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?		.		Há uma série de informações de interesse público sobre as dívidas públicas, por exemplo, que não se encontra publicada na página do Ministério.
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?	.			
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		.		
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?	.			

Pontuação total: 14/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado ao Ministério de Economia e Finanças:

- O ponto de situação da resposta do Governo sobre pedido de cancelamento das dívidas provenientes dos Acordos de Retrocessão?
- A 18 de Janeiro de 2016 a empresa Caminhos de Ferro de Moçambique devia pagar 35.000.000 de dólares a Rites e IRCON; e 18 de Outubro de 2016 devia pagar às mesmas empresas um total de 11.250.000 dólares. Relatórios referentes ao ponto de situação destes pagamentos.
- Quanto foi pago em 2017 à Salcef e à Rites e IRCON? E qual é o plano traçado para os próximos pagamentos?

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?	.			No entanto o processo é controlado pela directora de comunicação e imagem. A carta enviada para pedido de informação ficou com a direcção sem nunca orientar para ser respondida.
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?		.		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		.		
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?		.		
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		.		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?		.		
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		.		
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		.		
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?		.		
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		

Pontuação total: 2/20

8. Serviço Nacional de Identificação Civil (SNIC)

CATEGORIA 1: SITE

www.mint.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=424

Serviço Nacional de Identificação Civil é um serviço de natureza paramilitar integrado no Ministério do Interior que superintende a áreas de Identificação Civil do Cidadão. O seu site estando integrado neste ministério, dificulta qualquer informação. Mesmo que o site apresente informações sobre as suas funções, planos, projectos e endereços, não existem documentos relevantes publicados que demonstrem o compromisso na divulgação proactiva de informação que permita um melhor uso de serviço, assim como a transparência na gestão da instituição.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O <i>site</i> contém informações actualizadas?		.		
2. O <i>site</i> contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?	.			
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?	.			
c) Relatórios, políticas e programas?			.	Somente são apresentados planos e projectos, menos relatórios de implementação
d) Orçamentos e despesas?		.		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		.		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?		.		
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?	.			
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		.		
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?		.		

Pontuação total: 7/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado ao Serviço Nacional de Identificação Civil:

- Contrato celebrado entre o Governo e a Muhlbauer Mozambique Lda., para instalação e fornecimento de sistemas de produção de Documentos de Identificação Civil, de Viagem, Vistos e de Controlo do Movimento Migratório.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?		.		Não existe nenhuma informação precisa, uma vez o Ministério teve dificuldade em receber e equipa do MISA.
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?	.			
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?	.			
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?	.			
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		.		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?	.			
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		.		
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?	.			

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?	.			
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		

Pontuação total: 12/20

9. Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH)

CATEGORIA 1: SITE

www.moph.gov.mz

A Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos é um órgão tutelado pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, responsável pela gestão de bacias hídricas, obras hidráulicas e rios internacionais, sendo que as informações relevantes sobre o órgão, não estando numa página independente, deverão estar na do Ministério que o tutela. No entanto, a página do Ministério de tutela encontra-se em manutenção. Note-se que esta situação da página do Ministério das Obras Públicas foi verificada na edição 2016 do mesmo relatório, indicando ainda a falta de resolução do problema até à data da edição final do relatório.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O <i>site</i> contém informações actualizadas?		.		
2. O <i>site</i> contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?		.		
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?		.		
c) Relatórios, políticas e programas?		.		
d) Orçamentos e despesas?		.		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		.		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?		.		
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?		.		
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		.		
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?		.		

Pontuação total: 0/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado à Direcção Nacional de Recursos Hídricos:

1. Contrato celebrado com o Grupo Andrade Gutierrez para a construção da Barragem Moamba Major
2. Estudo de impacto ambiental do mesmo projecto

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?	.			Embora muito pobre no que diz respeito a documentos antigos, existe uma biblioteca e funcionários destacados que servem de interface com o cidadão que procura a informação.
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?	.			

3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		.		
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?		.		
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		.		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?		.		
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		.		
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		.		
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?	.			
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		

Pontuação total: 4/20

10. Tribunal Administrativo

CATEGORIA 1: SITE

www.ta.gov.mz

O Tribunal Administrativo apresenta uma página web com informação actualizada e de interesse público, assinalando-se a publicação dos relatórios e pareceres sobre a Conta Geral de Estado. A página do TA, para além de notícias, apresenta documentos institucionais relevantes, para além de legislação sobre o sector. Embora tenha publicado o seu Plano Estratégico, a busca feita não ofereceu informação sobre os relatórios de actividades assim como de contas do próprio Tribunal.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. O <i>site</i> contém informações actualizadas?	.			
2. O <i>site</i> contém o seguinte:				
a) Descrição das suas competências, assim como informação sobre a estrutura organizacional, as funções e as responsabilidades da administração da empresa?	.			
b) Uma lista da legislação promulgada relativa ao âmbito das suas competências?	.			
c) Relatórios, políticas e programas?			.	O TA apresenta um plano estratégico mas não foi localizado o relatório das actividades do próprio TA. É importante notar que o TA publica todos os relatórios de auditorias sobre os seus pareceres relativos às contas de algumas entidades públicas relevantes.
d) Orçamentos e despesas?		.		
e) Informações sobre procedimentos de aquisição e contratos assinados?		.		
f) Procedimentos relativos às vagas e contratações?	.			
g) A morada, número de telefone e horário de funcionamento da instituição?	.			
h) Informação para contacto de específicos funcionários públicos?		.		
i) Um mecanismo para solicitar e receber respostas a mensagens electrónicas e pedidos de informação?	.			

Pontuação total: 13/20

CATEGORIA 2: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido de informação foi enviado ao Tribunal Administrativo:

1. O visto do TA concedido ao contrato para construção da Barragem Moamba Major pelo Grupo Andrade Gutierrez

n = 20	Sim	Não	Parcial	Mais informação
1. Existe um funcionário designado para receber e responder a pedidos de informação?			.	Não existe nenhuma informação precisa, uma vez que o TA não conseguiu mesmo localizar a carta de pedido de informação depois de esta ter dado entrada e ser registada na secretaria-geral.
2. A instituição respondeu no prazo de 21 dias?		.		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		.		
4. A autoridade publica os seus procedimentos, para lidar com pedidos de informação?		.		
5. A instituição facultou toda a informação solicitada?		.		
6. A instituição apresentou por escrito as razões da recusa de informação?		.		
7. A instituição divulgou informações sobre as suas actividades, orçamentos, estrutura etc.?		.		
8. A autoridade facultou a informação sem questionar os objectivos e motivações do requerente?		.		
9. A instituição acusou a recepção do seu pedido de informação no prazo de 7 dias?	.			
10. A informação recebida era clara e compreensível?		.		

Pontuação total: 3/20

RESUMO

Instituição	Website	Pedido de informação	Pontuação total
1. Instituto de Gestão de Participações do Estado	1	12	13
2. Moçambique Celular	9	2	11
3. Electricidade de Moçambique	14	2	16
4. Município da Cidade da Matola	0	3	3
5. Linhas Áreas de Moçambique (LAM)	9	3	12
6. Serviço Nacional de Identificação Civil	7	12	19
7. Instituto Nacional dos Transportes Terrestres	0	3	3
8. Ministério da Economia e Finanças	14	2	16
9. Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos	0	4	4
10. Tribunal Administrativo	13	3	16

CONCLUSÃO DO ESTUDO

Os resultados do estudo do ano passado (2017) mostravam que, comparado ano anterior (2016) havia uma evolução considerável, fosse na disponibilização da informação através de websites, como na forma como as organizações públicas ou privadas se estavam a estruturar para atender aos pedidos de informação. Igualmente, notara-se uma ligeira melhoria na resposta de pedidos de informação, embora fossem respostas não satisfatórias, dado que apenas responderam aos pedidos, mas sem disponibilizar a informação. Em 2017, pelo menos três instituições tinham respondido aos pedidos de informação.

A expectativa do ano passado não passou disso. Os resultados do Estudo do presente ano (2018) revelam uma tendência de retrocesso em relação aos sinais de evolução mostrados no estudo anterior. Das 10 instituições avaliadas, algumas das quais pela segunda vez, apenas três responderam. Destas, apenas uma (EDM) facultou a informação e as outras responderam não para dar a informação solicitada, mas (i) para nos remeter a outras instituições e a última (ii) para informar que o contrato pedido ainda estava em processo de assinatura².

As instituições como as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), Moçambique Celular (mCel), Serviço Nacional de Identificação Civil e o Ministério da Economia e Finanças foram abrangidas no estudo do ano passado (2017). Destas, apenas o Serviço Nacional de Identificação Civil respondeu que a informação solicitada, neste caso o contrato com a Muhlbauer Mozambique Lda., ainda estava em processo de assinatura. As restantes instituições, à semelhança do ano passado, não responderam. A mCel, que no ano passado respondera a negar a disponibilização da informação, este ano ficou em silêncio. Portanto, das instituições de continuidade na avaliação (mCel, Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos), apesar de um ligeiro avanço, continuam a enfrentar as mesmas dificuldades, sobretudo de natureza organizacional, para a partilha de informação que se manifestou pelo silêncio em

responder à solicitação. Cite-se aqui a excepção de EDM (igualmente avaliada em 2016) que mesmo com atraso em termos de cumprimento de prazo de resposta, disponibilizou a informação solicitada cabalmente. A maturação institucional ocorre de forma muito lenta e às vezes com tendência a retrocessos, como se referiu, no caso da mCel.

Algumas instituições como o Tribunal Administrativo perderam a carta do pedido de informação. Quando a equipa de investigação visitou a instituição, os técnicos não conseguiram localizar o documento.

No que diz respeito aos websites, um instrumento definido como sendo fundamental para a disponibilização proactiva da informação, as constatações do ano passado prevalecem:

- Há dificuldades de gestão das suas páginas webs. Uma vez criadas as páginas, as instituições não conseguem manter o pagamento aos hospedeiros das mesmas, o que faz com que estejam fora de serviço. Este é o caso do Município da Cidade da Matola.
- Informação actualizada, ela refere-se a eventos, legislação e estrutura de funcionamento; não havendo informação sobre contratos e de prestação de contas sobre as actividades desenvolvidas.
- A gestão das páginas webs é feita de forma aleatória.
- Não se notando nenhum critério de comunicação aberta com o cidadão.

Embora as instituições ainda não disponham de salas de consultas e de pessoa específica para receber e dar resposta aos pedidos, notamos que grande parte das instituições dispõe de bibliotecas e gabinetes de comunicação e imagem que possam servir de locais de disponibilização de informação.

As bibliotecas visitadas contêm apenas informação interna das instituições, publicada em boletins ou newsletters internos. A restante informação é bastante antiga. Os relatórios e contas, actas de adjudicações de serviços, incluindo contratos e outro tipo de informação continua inacessível para qualquer um. É ainda informação sob gestão de poucos técnicos a níveis sectoriais. Esta informação podia ser a base de alimentação das bibliotecas e pontos, portanto, de partilha de informação.

² As duas instituições foram o IGEPE e o Serviço Nacional de Identificação Civil, respectivamente.

A INSTITUIÇÃO PÚBLICA MAIS FECHADA

No cômputo geral, a informação continua bastante protegida e inacessível para o cidadão, não obstante a campanha de formação de funcionários públicos levada a cabo no ano passado pelo MISA e pelo Ministério da Administração Estatal em parceria com a Oxfam Ibis. Na base dos resultados concluímos que a esmagadora maioria das instituições avaliadas merece o Cadeado de Ouro.

No entanto, duas organizações obtiveram valores baixíssimos, com 0 pontos na categoria *website*. Estas são o Instituto Nacional de Transportes Terrestres e o Município da Cidade da Matola. Como muitos outros, estas duas instituições estão a enfrentar dificuldades com a sua presença *online*. No caso do Instituto Nacional de Transportes Terrestres, tem dois sites, mas estes estão a ser usados apenas para ferramentas de gestão no processo de concessão de licenças de motorista. No caso da Cidade da Matola, o website não está activo, pois não conseguem manter os pagamentos aos provedores de serviços de hospedagem. **A Cidade da Matola recebe, assim, o Prémio Cadeado de Ouro de 2018.**

A INSTITUIÇÃO PÚBLICA MAIS ABERTA

Contrariamente ao ano passado, em que duas instituições conseguiram uma nota acima dos 50%, (Conselho Municipal de Maputo e Caminhos de Ferro de Moçambique), no presente estudo nenhuma instituição conseguiu. Com 19 pontos, o **Serviço Nacional de Identificação Civil** foi então a instituição mais aberta do ano, tendo sofrido na categoria *website*, por não ter site próprio e depender para o efeito do site do órgão de tutela, o Ministério do Interior. No entanto, embora seja um resultado abaixo dos 50% e tendo também em conta que não respondeu a todas as perguntas, é a instituição galardoada com o **Prémio Chave de Ouro** em reconhecimento do esforço e a boa prática na administração pública.

RECOMENDAÇÕES

Face aos resultados, recomendamos:

- Ampliar a formação dos funcionários públicos em matéria da Lei do Direito à Informação a detentores de cargos públicos, principais detentores e gestores de informação relevante como contratos, Actas de Adjudicações de serviços, relatórios e contas;
- A capacitação de gestores públicos e de chefes de gabinetes jurídicos das empresas públicas de modo a dominarem a Lei do Direito à Informação;
- Continuar com a capacitação de funcionários sobre gestão de websites, assim como sobre a priorização da informação de interesse público para a actualização nos websites, mais do que o depósito de notícias institucionais;
- Divulgar, a todos os níveis, a directiva produzida pelo MISA que orienta os funcionários no processo de disponibilização da informação através das páginas web;
- Elaborar um plano para sensibilização das instituições detentoras de informação pública de modo a abandonar a cultura do secretismo e do medo;
- Transformar bibliotecas e arquivos em salas de consultas de informação, com auxílio dos gabinetes de comunicação;
- Auxiliar o Governo na divulgação da Lei do Direito à Informação e da informação que deve ser acessível ao público;
- Rever a Lei de forma a definir mecanismos claros de responsabilização dos agentes que negam a informação;
- Continuar a sensibilizar os jornalistas e o público para a necessidade de fazer o uso da lei para o pedido de informação.



MOZAMBIQUE

ENGLISH SUMMARY

INTRODUCTION

Since 2014, Mozambique has had the Right to Information Law (LEDI), Law No. 34/2014, under which it commits itself to make the transition from a closed to an open administration and a model of access to information that is in the public interest. However, inheriting much from a closed bureaucratic model, the learning curve is steep and changing habits at institutions that hold and manage information is slow. In addition to a question of legacy, the legal framework still includes instruments that hamper full implementation, such as the law on state secrecy or the classification of state information. It would be remiss of us to omit the fact that Mozambican journalist Ericino de Salema, one of the key players who fought for the approval of specific legislation to make information available, was abducted and tortured in March 2018.

OBJECTIVE

The 2018 study attempted to track the evolution of the implementation of LEDI, looking at the approach to responding to information requests as well as trends in behavioural changes among public officials responsible for the management and storage of information. To this end, the MISA team carried out site visits to the premises of selected institutions to assess conditions and enable MISA to develop strategies to assist with the implementation of the law.

Specific Objectives:

1. Ascertain whether the willingness of public officials to make information available is still determined by a belief in discretionary power rather than compliance with the law.
2. Assess the degree of awareness of the obligations imposed by the law in respect to the timeframe provided for the handling of requests, the underlying principles, and the conditions under which they are obliged to serve the public.
3. Appraise the eagerness for transparency in the scope of the national commitment to fight corruption and how this is countered by an intransigence in sharing information relating to questions of debt.

The institutions assessed were a mix of central and decentralised public institutions. The team decided to approach two institutions that had been assessed in the previous study to evaluate changes and uncover indicators of learning with respect to the management and release of information. Institutions were evaluated in terms of two main categories, namely an analysis of their use of online platforms to make information available and their responses to requests for information.

FINDINGS

The present study points to a state of flux that mirrors the economic woes the country is going through, with compelling forces tugging from different directions in terms of increasing or reducing transparency. While the push for transparency as a weapon in the fight against corruption is apparent, willingness aside, there are no clear signs of a serious commitment to bring the spirit of the law to fruition.

During the site visits, the team carried out interviews and mock searches for the information previously requested through formal requests for information sent to each institution. From the interviews, it was clear that the problem was not a lack of willingness but rather organisational challenges and a lack of structure in terms of who should be responsible for handling requests for information.

Most institutions lack an organisational structure for receiving members of the public and the handling of information requests. Most have libraries or similar spaces that contain information for public consumption, but they have no system to assist in locating the information. At the same time, it was found that the institutions have very little information that would allow the public to form an idea of the activities the institutions carry out.

This points to a near total lack of knowledge of the LEDI and of the power that it confers on public officials in building their credibility and legitimacy.

SUMMARY OF THE MAIN FINDINGS

Category 1: Online Presence

- Most of the institutions have a weak or limited online presence.
- Websites mostly have general information and news but very little information on the activities and the financial affairs of the institution.
- There is no process in place to govern the updating of information, which is done in an ad hoc manner.
- The impression is that the institutions do not see their websites as a tool to interact with the public.

Category 2: Response to requests for information

- Most institutions have an area for the archiving and storage of information, however, the information is usually very old and is not regularly updated.
- Most institutions do not have dedicated staff to respond to requests for information. In most cases, it is the communications and public relations staff that are roped in to handle these activities.
- Although only three institutions responded to the requests for information, it was clear from the interviews that the silence was not due to unwillingness, but rather to a lack of organisational structures and clear delegation of responsibilities.
- A culture of secrecy still exists and, more importantly, an inability to locate and present the requested information.

THE MOST OPEN PUBLIC INSTITUTION IN MOZAMBIQUE

Contrary to last year's assessment, in which two institutions reached 50% of the possible maximum score, in this year's study, not a single institution managed to reach 50% or more. With 19 points (47%), the **Serviço Nacional de Identificação Civil** was this year's most open institution. It was handicapped in the website category, as it does not have its own online presence and depends on the website of the Ministry of the Interior. Nonetheless, even though it scored below 50% and did not respond to all questions, it is bestowed with the **Golden Key Award 2018**, in recognition of its effort and best practices in the public service.

THE MOST SECRETIVE PUBLIC INSTITUTION IN MOZAMBIQUE

On the basis of the results, we conclude that the overwhelming majority of the institutions evaluated deserve **the Golden Padlock Award**. However, two organisations in particular scored extremely low attaining 0 points for the website section of the study. These are the Instituto Nacional de Transportes Terrestres (National Institute of Land Transport) and the Município da Cidade da Matola (Matola City Municipality). Like many others, these two institutions lack a strong web presence. The National Institute of Land Transport has two sites, but these are being used only for management tools for drivers' licences. The Matola City Municipality's website is not live, as it did not keep up with payments for its web hosting services.

All things considered, the **Matola City Municipality** is thus awarded the **2018 Golden Padlock Award**.